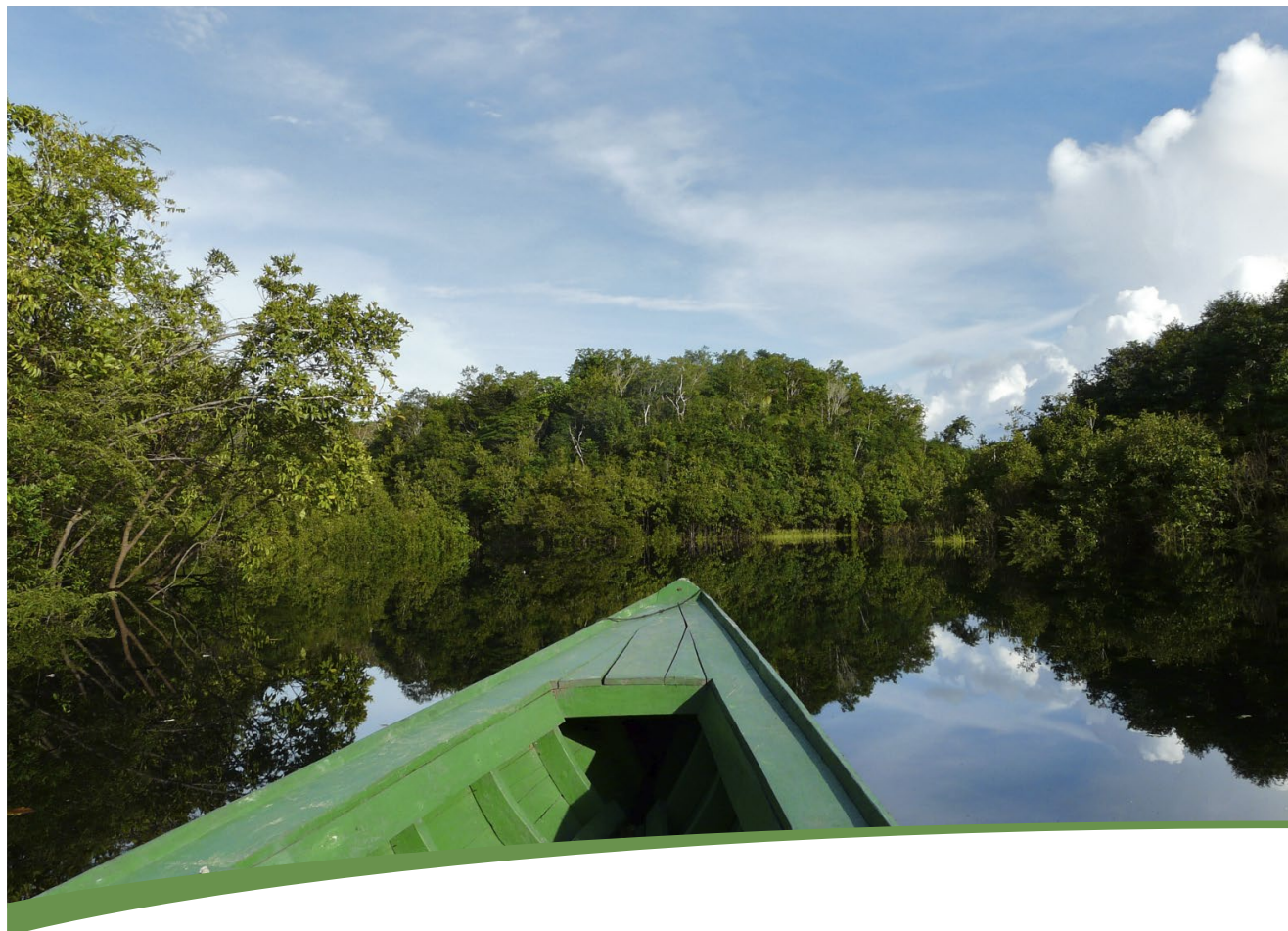


BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 8, NÚMERO 8 - DEZEMBRO 2012



Para onde nos leva o novo Código Florestal?

ESPECIAL CÓDIGO FLORESTAL

Como o mundo vê o Código Florestal brasileiro?

INTEGRAÇÃO COMERCIAL

A importância da Ásia na Parceria Trans-Pacífico

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

COP de Doha e a segunda fase de Quioto: um "sucesso por definição"?



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 8, NÚMERO 8 - DEZEMBRO 2012

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development

Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

EDITORES

Michelle Ratton Sanchez Badin

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

ASSISTENTE DE EDIÇÃO

Tatianna Mello Pereira da Silva

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

ESPECIAL CÓDIGO FLORESTAL

4 **Como o mundo vê o Código Florestal brasileiro?**

Laura Antoniazzi

ESPECIAL CÓDIGO FLORESTAL

7 **O limão e a limonada**

Roberto Smeraldi

ESPECIAL CÓDIGO FLORESTAL

9 **A economia verde e o novo Código Florestal**

Karen Alvarenga de Oliveira Windham-Bellord

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

13 **COP de Doha e a segunda fase de Quioto: um "sucesso por definição"?**

INTEGRAÇÃO COMERCIAL

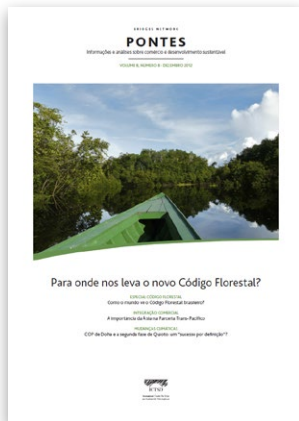
17 **A importância da Ásia na Parceria Trans-Pacífico**

Vinicio Sandi Meza

21 **Informações úteis**

22 **Publicações**

Linha de chegada ou ponto de partida?



Uma das principais polêmicas de 2012, o debate acerca do Código Florestal deverá seguir por muito tempo. Engana-se, porém, quem considera que o tortuoso processo para a aprovação da nova legislação ocupará o centro das discussões. É provável que a controvérsia se mantenha viva nos próximos anos, com uma intensa comparação entre os benefícios e as desvantagens derivadas do novo Código. Trata-se de um exercício dos mais complexos; afinal, estamos diante de um desafio cujos condicionantes se inter-relacionam de inúmeras formas. Aproximar os ideais da preservação ambiental e da exploração econômica do território brasileiro representa uma tarefa hercúlea, sendo necessário reconhecer que, não raramente, mais do que promover um alinhamento, a sociedade terá que manifestar suas preferências.

Tendo em vista a complexidade do tema, faz-se necessária a promoção de debates capazes de ampliar as perspectivas daqueles que se interessam pelo significado e impacto do Código Florestal. A edição do Pontes que chega até você, prezado(a) leitor(a), oferece distintos pontos de vista para as mesmas questões: qual o significado da reforma do Código Florestal? Quais deverão ser as suas principais consequências? Ademais, as posições sustentadas nos artigos assinados por Laura Antoniazzi, Roberto Smeraldi e Karen Windham-Bellord são indicativos da complexidade do tema. Merecem destaque, por exemplo, dois pontos que, embora abordados indiretamente, lançam as sementes para futuras discussões no Pontes: existe uma tensão latente entre os sinais oferecidos pelo mercado – incentivos à ação econômica dos indivíduos – e as restrições impostas pelo novo Código? Que tipo de relação haveria entre tais dimensões?

Não apenas de Código Florestal, porém, trata este número do Pontes. A presente edição guarda espaço para apresentar análises sobre outros dois temas que ocuparam as capas dos jornais em 2012. O editorial desta edição discute os principais resultados – ou a falta deles – obtidos nas negociações climáticas realizadas em Doha. Finalmente, Vinicio Meza descreve a importância da Ásia para a Parceria Trans-Pacífico (TPP, sigla em inglês), iniciativa comercial que deverá ocupar um espaço crescente no cenário internacional ao longo da próxima década.

Este número do Pontes, como de costume, começa com inúmeras perguntas. Não poderia ser distinto; em seu novo formato, a publicação deseja aprofundar a sua vocação de promotora de debates relevantes nas áreas de comércio e desenvolvimento sustentável. Parte fundamental de qualquer discussão, você, nosso(a) leitor(a), é o protagonista desse esforço. Por isso, gostaríamos de convidá-lo(a) a comentar as notícias publicadas no [site do Pontes](http://site.do.Pontes). Caso queira escrever-nos um e-mail, o endereço é pontes@ictsd.ch.

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

ESPECIAL CÓDIGO FLORESTAL

Como o mundo vê o Código Florestal brasileiro?

Laura Antoniazzi

Este artigo discute os principais pontos do novo Código Florestal, com destaque para suas contribuições e particularidades face a outros instrumentos de conservação no cenário internacional. Ainda, a autora aponta para alguns desafios na busca pelo equilíbrio ideal entre conservação ambiental e garantia de produção ao setor agrícola brasileiro.

Nos últimos dois anos, a reforma do Código Florestal foi assunto de destaque no cenário político e na imprensa do Brasil. Hoje temos um novo Código, com regras menos exigentes e mais coerentes, que deverão ser aplicadas por todo o país. A repercussão internacional disso deve ser positiva, uma vez que indica esforços de conservação do maior estoque de florestas tropicais do mundo.

Desde 1965, o Brasil possui um Código Florestal com regras para proteger florestas em propriedades privadas e, até pouco tempo atrás, esse era um assunto praticamente desconhecido. A partir dos anos 1990 e 2000, a introdução de várias medidas provisórias ampliou muito o escopo de conservação do Código: este passou a abranger todo o território brasileiro, e a porcentagem de proteção aumentou na Amazônia. Ainda mais relevante para a efetiva adoção das regras e para o conhecimento destas foi a exigência de obrigatoriedade do Código para bancos e compradores da produção agropecuária. A partir daí, a agropecuária e as diversas cadeias agroindustriais passaram a ter que incluir o cumprimento do Código em suas já complexas agendas de trabalho.

Os dois principais dispositivos do Código são as Áreas de Proteção Permanente (APPs) – beiras de rios e demais cursos d'água e topos de morro – e as Reservas Legais – porcentagem da propriedade que deve ser mantida com vegetação nativa, variando de 20% a 50%. As APPs cumprem importantes funções de conservação de solos e recursos hídricos, além de estarem diretamente associadas à geografia das propriedades. Já as Reservas Legais desempenham um papel mais relacionado à manutenção da paisagem e dos ecossistemas em uma escala maior e, para que cumpram a contento esse papel, precisam obedecer a certos critérios, especialmente a conexão entre as Reservas das diversas propriedades.

Se é grande o desconhecimento no âmbito nacional sobre a situação de uso da terra no Brasil, bem como sobre os efeitos do Código Florestal, no exterior essa falta de conhecimento é ainda maior. Para começar, é necessário explicar o que é o Código, em que consistem seus principais mecanismos e o que é cumprido - ou não -, para somente então discorrer sobre o que estava em jogo em sua reforma.

Considerando que o Código é um dispositivo bastante particular, com muito poucos exemplos similares em outros países, os estrangeiros têm dificuldade em entender o quadro geral. No que diz respeito à reforma, os pontos centrais constituíram viabilizar a aplicação efetiva das regras, garantindo produção agrícola e conservação ambiental. Era preciso resolver o passivo de descumprimento acumulado ao longo de décadas de ocupação do território que não levou em consideração os princípios e regras do Código.

Dito isso, é claro que se tratava de dar condições especiais para aqueles proprietários que historicamente – e por diversas razões – não estavam cumprindo as regras. Além disso, buscava-se tornar as regras mais brandas para os novos proprietários, de modo a viabilizar a expansão da agricultura no país.

Outro ponto crucial na reforma envolveu oferecer condições especiais para os pequenos produtores – a chamada agricultura familiar –, por se tratar de um grupo com baixa capacidade de atender às exigências ambientais, sem inviabilizar sua produção. Assim, pequenos proprietários ficam isentos de restaurar suas Reservas Legais e aqueles que já mantêm uma área de suas propriedades conservadas para esse fim poderão comercializá-

Brasil:
taxas de desmatamento
(Km² / ano)

Cerrado:
7.637

Amazônia:
6.451

Caatinga:
1921

Pantanal:
713

Mata Atlântica:
457

Fonte: WWF (2011)

la no futuro mercado de compensação. Os médios e grandes proprietários também poderão participar do mercado de compensação de Reserva Legal, vendendo áreas de florestas que excedam as suas exigências, ou comprando áreas de terceiros como opção ao reflorestamento em suas propriedades. Esse é um aspecto bastante inovador em termos de política ambiental e poderá ajudar a agricultura a cumprir as exigências de conservação de maneira mais custo-eficiente.

Algumas das mudanças inseridas no novo Código Florestal caminham na direção de integrar as chamadas atividades produtivas das áreas destinadas à conservação. Originalmente, a função da Reserva Legal era garantir suprimento de madeira para as propriedades, dado que, por muito tempo, essa era a principal fonte de energia e, portanto, deveria ser usada de maneira sustentável - mesmo não existindo ainda esse termo. No Novo Código, fica permitido o plantio de árvores exóticas, junto com nativas, no reflorestamento de áreas destinadas à Reserva Legal para permitir seu aproveitamento econômico.

Mesmo com as mudanças no Código, as áreas destinadas à conservação ainda serão vistas pelos produtores como custos, afinal são áreas que não geram receitas. É verdade que a vegetação nativa gera uma série de benefícios para o próprio produtor e para a sociedade em geral, isto é, produz uma série de serviços ambientais tais como regulação das bacias hidrográficas, manutenção de estoques de carbono, conservação da biodiversidade, além de garantirem belas paisagens. Esses benefícios são bens comuns - toda a sociedade usufrui deles - e podem não ser percebidos de imediato pelo produtor. Apesar do discurso, ainda não existe uma alternativa concreta, em grande escala, de remunerar os proprietários pela produção de tais serviços ambientais. O governo dos Estados Unidos remunera os proprietários rurais para manterem áreas com florestas e existem casos similares em outros países. O caso brasileiro é muito mais uma exceção do que uma regra de conduta em termos de política de conservação.

Assim, o abrandamento das regras do Código Florestal não pode - e não será - questionado pela comunidade internacional, sejam outros governos, compradores de produtos agrícolas ou mesmo grupos ambientalistas (sérios). A decisão sobre tais assuntos possui caráter inerentemente interno, e o país é soberano para decidir. É claro que a conservação da biodiversidade e a manutenção do clima são assuntos globais, que desconhecem fronteiras e, por isso mesmo, devem ser regulados pelo sistema multilateral. Para esse fim, as esferas competentes são a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), das quais o Brasil participa ativamente, inclusive liderando importantes negociações.

Cada país deve definir internamente como adequar-se para atingir tais metas [estabelecidos na UNFCCC e na CDB]. (...) O Estado brasileiro escolheu que o principal mecanismo para proteção de sua riquíssima vegetação natural é o Código Florestal

Os acordos e metas estabelecidos nessas Convenções devem ser respeitados pelo país e, nesse sentido, o Código Florestal é um mecanismo importantíssimo. As metas de Aichi acordadas na CDB estabelecem que todos os ecossistemas devem estar com, no mínimo, 17% de suas áreas protegidas. Cada país deve definir internamente como adequar-se para atingir tais metas. No Brasil, cada um dos seis biomas do país deve ter assegurado 17% de seu território sob áreas protegidas.

O Estado brasileiro escolheu que o principal mecanismo para proteção de sua riquíssima vegetação natural é o Código Florestal, por meio da proteção de vegetação em propriedades privadas. Na maioria dos países, são as áreas protegidas públicas, tais como parques, que cumprem tal função. Portanto, faz todo sentido que as APPs e Reservas Legais

sejam utilizadas para atingir as metas de conservação. Nos biomas mais devastados, como a Mata Atlântica e os Pampas, políticas e recursos para recuperar APPs e Reservas Legais contribuirão para atingir a meta. Situação diversa ocorre na Amazônia, onde as Unidades de Conservação e Terras Indígenas já protegem mais da metade de seu território.

O tema que realmente deveria ser melhor explorado pelo Brasil é a associação de seus produtos agrícolas à conservação dos recursos naturais, inclusive utilizando-se do Código Florestal. É estratégico para o país – em particular para os produtores rurais – divulgar lá fora todo esse esforço de conservação e fazer com que isso agregue valor aos produtos brasileiros. Se o café, a soja, o açúcar foram cultivados em propriedade com APP e Reserva Legal, o custo de manutenção dessas áreas poderia ser dividido com os compradores, pelo menos em termos teóricos. Mecanismos concretos de mercado podem ser desenvolvidos com essa finalidade, como selos, certificações, acordos preferenciais de comércio, entre outros.

Cada vez mais, a agricultura está internalizando os custos de conservação ambiental, pois a sociedade está exigindo isso. O Código Florestal é um importante mecanismo para garantir que a potente agricultura do Brasil respeite o inigualável patrimônio ambiental do país. Além de um custo para agricultura, esse respeito também pode valer admiração – e mercados.



Laura Antoniazzi

Coordenadora de pesquisa para temas ambientais e agrícolas do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) foi integrante do GT-Agricultura do Programa Nacional de Mudanças Climáticas (interministerial). E-mail: lantoniazzi@iconebrasil.org.br.

ESPECIAL CÓDIGO FLORESTAL

O limão e a limonada

Roberto Smeraldi

Concentrando-se no desafio da implementação do novo Código Florestal, o autor aponta as principais instâncias de que dependerá esse processo e atenta para o tema da competitividade, omitido nos debates sobre a norma. Nessa seara, o autor critica o texto aprovado por deixar de estimular a produtividade e sinaliza oportunidades no Cadastro Rural e nos incentivos econômicos.

Vamos começar com a parte vazia do copo: gastaram-se 16 anos em discussões e ainda não sabemos se essa página da discussão sobre o Código Florestal está, de fato, virada. Ao longo desse período, perdemos oportunidades importantes para construir uma economia florestal, assim como para pôr alguma ordem naquele terreno de disputa – ou melhor, de conquista – que continua a caracterizar parcela expressiva do território nacional. Ficamos, ademais, reféns de bancadas parlamentares que dependem da insegurança no campo para justificar sua existência perante suas bases. A política do “quanto pior, melhor” foi fortalecida e, como sempre, gerou comportamentos oportunistas também em segmentos da sociedade civil. A nova norma vigente prioriza a anistia e não alcança o desafio de passar a regular as funções contemporâneas de recuperação e uso das florestas: segue apenas focando a função convencional de conservação, herdada dos códigos dos anos 1930 e 1960 – mas um pouco enfraquecida.

Claro, agora a parte cheia do copo. O *lobby* ruralista, embora com esmagadora maioria em um Congresso que parece mais e mais distante da opinião pública. Por outro lado, mal conseguiu atingir um terço de seus planos originais: a sonhada anistia ficou muito menor do que propunham seus promotores e, pelo menos, introduz um critério de progressividade inversa ao tamanho da propriedade. Isso parece atender a critérios sociais e ambientais, pois a maioria dos anistiados está entre os pequenos proprietários, mas a maioria da área com passivos está entre os grandes proprietários. Se as medidas previstas no novo Código forem implementadas, novidades como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os incentivos econômicos – tanto para manutenção das florestas quanto para sua recuperação – têm potencial para inovar na maneira com que o poder público se relaciona com o mundo rural.

Se ambas leituras acima são legítimas e procedentes, além de complementares e não alternativas, o que fará a diferença no futuro próximo é a maneira com que o Código será implementado. Como todos tendem a imaginar, isso depende do governo, mas não apenas: dependerá também da Justiça (para começar), pois a nova lei apresenta ambiguidades expressivas, que podem levar a contenciosos. E a Justiça pode tanto ser capaz de gerar uma jurisprudência objetiva, que venha a nortear a implementação da lei, como de embrenhar-se em uma guerra de liminares que teria o efeito de aumentar a expressiva insegurança jurídica já existente no campo. Os advogados de porteira de fazenda, com certeza, agradeceriam.

Mas a implementação do Código dependerá também das lideranças do setor rural, sejam aquelas de categoria, sejam aquelas políticas – embora, recentemente, as duas tenham se (con)fundido de forma perigosa, com duvidosos resultados para o agricultor. Se continuarem as campanhas “não façam nada, pois eu resolverei em Brasília”, o boicote aos novos instrumentos como o citado CAR poderá levar à paralisia da norma como um todo, uma vez que esta dependerá do cadastro. Já se prevalecer uma abordagem pragmática para pôr ordem no campo, o governo pode ser levado pela demanda dos usuários e até acelerar os prazos demorados previstos pela lei.

Sem dúvida, dependerá igualmente da capacidade de mobilização e articulação da sociedade civil com os mercados para demandar avanços rápidos na implementação: políticas positivas de compra, padrões de certificação, integração das cadeias de valor podem fazer com que o produtor passe a ter interesse em um quadro de segurança e

combate à concorrência desleal, que permita fazer os necessários investimentos no campo, em vez de empurrar prazos legais com a barriga.

E aqui chegaremos ao ponto-chave que ficou omissos nas discussões sobre a reforma do Código Florestal: era para ser – e não foi – uma discussão sobre competitividade, seja nos setores relevantes, seja do Brasil no cenário global. Os ajustes de produtividade necessários para que os setores menos avançados da agropecuária nacional passem a cumprir o dever de casa já parcialmente realizado pelas cadeias mais avançadas – como café, cana e papel ou celulose – são incompatíveis com uma abordagem de expansão horizontal da atividade na qual o interesse de especulação fundiária prevalece – ou até substitui – aquele de produtividade e retorno da atividade.

É neste quadro que assistimos, nos últimos anos, a um paradoxo: contrariamente a uma regra básica da economia, lideranças rurais no Brasil pregaram a manutenção de preços baixos ao agricultor e a entrada irrestrita de novos atores no negócio (com as duas tendências se reforçando mutuamente). Não é assim que vamos construir a competitividade brasileira nas próximas décadas. Não é assim que vamos construir territórios rurais caracterizados por indústria, serviços e tecnologia, com empregos qualificados, ao invés da convencional produção de *commodities* baratas e vulneráveis à conjuntura de preços. A tarefa de recuperação dos passivos florestais é fator crítico para tanto, por estar amplamente associada à produtividade (qualidade de solo, água, clima regional, polinização etc.); por ser determinante em atividades de diversificação da renda rural (desde piscicultura a turismo, desde gastronomia a energia); ou por acelerar o processo de tornar competitivas as tecnologias que reduzem a pegada espacial da atividade.

Uma estratégia de inserção competitiva do setor rural brasileiro no cenário global passa por aquilo que Ignacy Sachs chamou pioneiramente de “civilização da biomassa” – o que hoje passou a ser conhecido pela sigla 4F, formada a partir das iniciais das palavras inglesas *food, forests, fuel and fiber* (comida, florestas, combustível e fibras).

Nesse quadro, podemos descrever o desafio dos próximos anos – no que tange ao código florestal – como aquele de fazer do limão uma limonada: tanto por parte da sociedade como um todo, que deverá apostar no potencial inovador de algumas normas presentes em uma lei que, em geral, é considerada pelo mundo científico mais um problema do que uma solução; quanto por parte dos agricultores, que deverão aproveitar a parcial exigência de recuperação florestal da lei para aprender a fazer mais com menos (área ocupada). Portanto, a tornar sua atividade mais rentável e produtiva, assim como a comercializar um leque maior de produtos e serviços, como já acontece em outros cantos do mundo.



Roberto Smeraldi

Jornalista e diretor de políticas da organização da sociedade civil de interesse público (OSCI) Amigos da Terra – Amazônia Brasileira e autor do Novo Manual de Negócios Sustentáveis (Publifolha, 2009).
Twitter: @robertosmeraldi

ESPECIAL CÓDIGO FLORESTAL

A economia verde e o novo Código Florestal

Karen Alvarenga de Oliveira Windham-Bellord

Este artigo trata da importância de mecanismos econômicos e de elementos de comando-e-controle para a implementação de políticas públicas ambientais. Nesse sentido, apresenta um breve histórico sobre o uso de tais instrumentos na legislação brasileira e aponta alguns desafios para a maior eficácia destes.

A última versão do novo Código Florestal¹ regulamenta o uso de instrumentos econômicos na política florestal brasileira da seguinte forma: "[a]s atividades de manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito são elegíveis para quaisquer pagamentos ou incentivos por serviços ambientais, configurando adicionalidade para fins de mercados nacionais e internacionais de reduções de emissões certificadas de gases de efeito estufa (artigo 41, parágrafo 4º)".

Por sua vez, o parágrafo 7º do artigo 41 preconiza: "[o] pagamento ou incentivo a serviços ambientais a que se refere o inciso I deste artigo serão prioritariamente destinados aos agricultores familiares como definidos no inciso V do art. 3º desta Lei"².

À luz do acima exposto, esta análise trata da importância dos mecanismos econômicos e dos elementos de comando-e-controle para a implementação de políticas públicas ambientais. Desde 1993, os instrumentos econômicos têm sido analisados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente como opções mais eficientes para o alcance dos objetivos dessas políticas. Na preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), tais instrumentos econômicos evoluíram para representarem a nova fase do desenvolvimento sustentável, entendida em torno da ideia de "economia verde".

Essa expressão deriva do Princípio 16 da Declaração do Rio de Janeiro, assinada em junho de 1992, durante a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Eco-92), segundo a qual "as autoridades nacionais devem esforçar-se para promover a internalização dos custos de proteção do meio ambiente e o uso dos instrumentos econômicos, levando-se em conta o conceito de que o poluidor deve, em princípio, assumir o custo da poluição, tendo em vista o interesse público, sem desvirtuar o comércio e os investimentos internacionais".

O princípio do poluidor-pagador é o fundamento para a internalização de todos os custos de proteção ambiental e utilização de recursos naturais, os quais têm sido historicamente encarados como dádivas da natureza, de uso gratuito ou custo marginal zero. Para realizar a internalização desses custos, a melhor estratégia envolve associar os tradicionais instrumentos de regulação direta (também conhecidos como "comando-e-controle") e indireta (instrumentos de mercado). Assim, políticas ambientais mais efetivas surgem da combinação de padrões de emissão de poluentes, licenciamentos, estudos de impacto, zoneamento, sanções administrativas e penais (comando-e-controle) com incentivos econômicos, subsídios, tributos, sistema de cobrança pelo uso de recursos ambientais, sistemas de depósito e retorno, certificados transacionáveis, seguro e caução ambiental. Tal combinação possui maiores chances de obter sucesso em induzir comportamentos desejados para alcançar os objetivos da política nacional de meio ambiente.

Até os anos 1980, a legislação brasileira primava pelo comando-e-controle³, com raros exemplos de aplicação de instrumentos econômicos para motivar pessoas físicas e jurídicas a promover o desenvolvimento sustentável⁴. Todavia, essa tendência tem se modificado com a utilização desses instrumentos em legislações federais, estaduais e municipais. Outra forma de internalizar as externalidades é o princípio do protetor-recebedor: já

aplicado em legislações estaduais⁶, ele visa a compensar aqueles que protegem o meio ambiente por meio de pagamentos por serviços ambientais⁶.

O artigo 41, parágrafo 4º, do novo Código Florestal faz uso desses dois princípios para declarar a adicionalidade dos créditos de carbono⁷, que poderão ser comercializados por seus detentores em mercados voluntários de carbono. Os valores obtidos com essa comercialização serviram como pagamentos pelos serviços ambientais prestados pelas florestas, em vez de utilizar os pagamentos feitos por programas públicos municipais e estaduais.

Tabela 1: Recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs)
Texto da Comissão Mista para a MP 571/12

Tamanho do imóvel (módulos fiscais)	Total a recuperar (metros)	Largura do rio (metros)	Limite de APP (em relação à área do imóvel)
até 1 módulo	5	qualquer	10%
maior que 1 e até 2 módulos	8	qualquer	10%
maior que 2 e até 4 módulos	15	qualquer	20%
maior que 4 e até 15 módulos	15	até 10 metros	25%(*)
maior que 15 módulos	20 a 100	demais larguras	---

* Somente para imóveis de até 10 módulos fiscais

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Os desafetados de tais títulos temem a internacionalização das propriedades em território brasileiro mediante a possibilidade de negociação de tais títulos em Bolsas de Valores ou de *Commodities*. Antes de analisar tais críticas, entretanto, é preciso conhecer brevemente o histórico sobre o uso de instrumentos econômicos em políticas ambientais e a combinação de regras de comando-e-controle com mecanismos de mercado para a efetiva proteção florestal. A contribuição brasileira para a Rio+20, apresentada em novembro de 2012, fundamentou-se em oito pontos:

- criar um programa socioambiental global voltado à superação da pobreza extrema no mundo e garantir a todos qualidade ambiental, segurança alimentar, moradia adequada e acesso a água limpa;
- adotar um programa incisivo de economia verde;
- realizar um pacto global para produção e consumo sustentáveis;
- estabelecer repositório de iniciativas para dinamizar os mecanismos nacionais e de cooperação internacional, inclusive a utilização de recursos dos organismos multilaterais;
- celebrar um protocolo internacional para a sustentabilidade do setor financeiro;
- estabelecer novos indicadores para mensuração do desenvolvimento;
- implementar um "pacto pela economia verde inclusiva" com estímulo à divulgação de relatórios e índices de sustentabilidade por empresas estatais, bancos de fomento, patrocinadoras de entidades de previdência privada, empresas de capital aberto e empresas de grande porte; e
- promover a "estrutura institucional do desenvolvimento sustentável".

As negociações da Rio+20, realizadas em junho de 2012, visavam a "garantir um compromisso renovado em nome do desenvolvimento sustentável, avaliando o progresso obtido até o presente e as lacunas remanescentes na implementação dos resultados das maiores cúpulas de desenvolvimento sustentável, abordando desafios novos e emergentes"⁸.

O Documento de Contribuição Brasileira à Conferência Rio+20 é claro ao estabelecer que a "economia verde, assim, deve ser um instrumento da mobilização pelo desenvolvimento

Art. 41, Par. 4º do novo Código Florestal

"As atividades de manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito são elegíveis para quaisquer pagamentos ou incentivos por serviços ambientais, configurando adicionalidade para fins de mercados nacionais e internacionais de reduções de emissões certificadas de gases de efeito estufa."

sustentável e esse vínculo pode ser feito por meio do entendimento de 'economia verde' como um programa para o desenvolvimento sustentável, ou seja: um conjunto de iniciativas, políticas e projetos concretos que contribuam para a transformação das economias, de forma a integrar desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental".

O "Futuro que Queremos", documento oficial resultante da Rio+20, reflete sobre a economia verde como instrumento de erradicação da pobreza e promoção de desenvolvimento sustentável. O documento explica que a expressão economia verde engloba a otimização de atividades que façam uso racional e equitativo dos recursos naturais (socialmente inclusivo), com baixas emissões de gases causadores do efeito estufa (economia descarbonizada), minimizando os impactos ao meio ambiente.

Na preparação para a referida Conferência, o governo do estado do Rio de Janeiro criou, em dezembro de 2011, um programa chamado Bolsa Verde (BVRio), voltado ao desenvolvimento de um mercado de ativos ambientais para promover a economia verde no estado. A BVRio foi constituída como uma associação civil sem fins lucrativos que comercializará créditos de carbono e de reposição florestal, possibilitando que empresas cumpram com as exigências da legislação florestal por meio da compra de créditos de terceiros que possuam áreas reflorestadas. Um dos objetivos do programa é que as empresas que consigam cumprir as metas de redução ou de reflorestamento tenham um valor patrimonial acrescido, portanto, por um elemento de mercado introduzido via criação da Bolsa.

Assim, se utilizado em conformidade com as diretrizes do documento final da Rio+20, o parágrafo 4º do artigo 41 do novo Código Florestal pode contribuir para concretizar as propostas brasileiras apresentadas na Conferência.

É importante observar que existem, na legislação brasileira, vários exemplos de aplicação da economia verde, tais como o Decreto 7.619/2011, que regulamenta a redução no imposto sobre produtos industrializados (IPI) para empresas que comprarem resíduos sólidos recicláveis de cooperativas de catadores de lixo; e instrumentos municipais e estaduais de pagamento por serviços ambientais (PSA), os quais constituem meios eficazes de conservar as águas dos rios, a partir da preservação da vegetação⁹.

Assim, a inserção de ativos econômicos na política florestal e sua possível negociação em bolsa de valores não tem o condão de transformar as florestas brasileiras em patrimônio estrangeiro, mas sim de valorar os serviços ambientais prestados pelo nosso ecossistema e compensar aqueles detentores de áreas florestadas.

Cabe observar que, para que os PSA do novo Código Florestal (com a utilização de créditos de carbono ou com a instituição de uma política pública federal) sejam eficientes, esses pagamentos devem levar em consideração três elementos¹⁰: i) os benefícios da prestação de serviços do ecossistema; ii) o risco de perda de serviços ambientais e o potencial para melhorar sua prestação; e iii) os custos de oportunidade associados ao serviço a ser prestado.

É importante destacar que, para que os resultados alcançados pelo PSA sejam cada vez melhores, deve-se diferenciar os pagamentos realizados, considerando que a variabilidade espacial pode aumentar significativamente a eficácia de custos para a prestação dos serviços ambientais. Também é essencial o desenvolvimento de padrões métricos e indicadores ambientais para conhecer as áreas sobre as quais incidem os benefícios advindos do PSA e dos serviços ambientais. Na elaboração do PSA do novo Código Florestal, é de grande relevância a utilização de uma linha de base para definir os serviços ambientais que merecem receber esse tipo de pagamento, incluindo aqueles que estiverem em risco de perda ou aqueles capazes de melhorar o seu provimento. Os custos de oportunidade dos serviços ambientais também devem ser levados em consideração para diferenciar o valor do PSA.

- ❶ Publicada em 18 out. 2012 como Lei 12.727/2012, que altera a Lei 12.651/2012 e seu Decreto regulamentador 7.830/2012.
- ❷ O inciso V do art. 3º da Lei 12.272/2012 preconiza que pequena propriedade ou posse rural familiar é aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que atenda ao disposto no artigo 3º da Lei 11.326/2006. Esse artigo, por sua vez, estabelece que tais agricultores familiares possuem percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (conforme redação dada pela Lei 12.512/2012).
- ❸ A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) estabelece uma lista de instrumentos ambientais que inclui incentivos econômicos (artigo 9º, inciso III, da Lei 6.938/1981), licenciamento ambiental, padrões e zoneamentos ambientais, avaliação de impactos, áreas protegidas, responsabilidade civil por dano, sanções administrativas e penais, produção e circulação de informações ambientais.
- ❹ Ver: Juras, Ilidia da Ascensão Garrido Martins. Uso de instrumentos econômicos para a gestão ambiental: países da OCDE e América Latina. *Estudo maio/2009*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.
- ❺ Lei estadual 3.135/2007, do Amazonas; Lei estadual 8.995/2008, do Espírito Santo; Lei estadual 15.133/2010, de Santa Catarina; e Lei estadual 55.947/2010, de São Paulo.
- ❻ Os serviços ambientais englobam atividades desenvolvidas pelos ecossistemas e biodiversidade que fornecem, por exemplo, abastecimento de água, comida, madeiras e fibras; regulação climática; prevenção de enchentes e doenças; água de qualidade; formação do solo, fotossíntese e ciclo de nutrientes; e lazer, prazer estético e espiritualidade. Vários estados brasileiros já editaram legislação para a promoção de pagamentos aos municípios pela prestação desse tipo de serviço por meio de atividades de conservação. Um exemplo clássico é o imposto ecológico sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS Ecológico) do estado de Minas Gerais (Lei estadual 13.803/2000), que transfere uma parcela maior do ICMS (que não diz respeito ao critério de valor agregado) para municípios que tratam o esgoto sanitário e dispõem adequadamente o lixo. Ver: <<http://bit.ly/SWQefi>>.
- ❼ O inciso XXVII do artigo 3º da Lei 12.727/2012 define crédito de carbono como título de direito sobre bem intangível e incorpóreo transacionável.
- ❽ Ver parágrafo 20, a, da Res. AGNU 64/236, de 24.12.2009.
- ❾ Para mais detalhes sobre o PSA no Brasil, ver: Windham-Bellord, K. A. e Lima Mafia, J. Economia verde e pagamentos por serviços ambientais: uma contribuição brasileira. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, maio/2012, vol. 919.
- ❿ Ver: Wuenscher, Tobias; Engel, Stefanie; Wunder, Sven. Payments for environmental services in Costa Rica: increasing efficiency through spatial differentiation. *Quarterly Journal of International Agriculture*, Vol. 45, No. 4. Berlim: D. L. G. Verlags GmbH, 2006.



**Karen Alvarenga de Oliveira
Windham-Bellord**

Doutora pela Universidade de Cambridge (Inglaterra) e advogada da empresa Ferrous Resources. Foi consultora do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

COP de Doha e a segunda fase de Quioto: um "sucesso por definição"?

Conclusão de negociações sobre medidas de longo prazo – com ressalvas e postergações, vale destacar –, prazo de 2015 para novo acordo climático global e aprovação da segunda fase para o Protocolo de Quioto. Considerando estes os três principais resultados da COP 18, este editorial discute as tensões subjacentes a tais decisões.

A pesar do receio de que as delegações chegaram à 18ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês), realizada em Doha, sem o senso de urgência necessário para que alcançassem progressos significativos, os negociadores lograram cumprir com o plano de trabalho da Conferência. Como planejado, as tratativas no âmbito do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre Medidas de Cooperação de Longo Prazo (WG-LCA, sigla em inglês) foram concluídas – ainda que em um nível menos ambicioso –, e uma segunda fase do Protocolo de Quioto foi acordada.

A COP 18, encerrada em 7 de dezembro, culminou, ainda, com a definição de 2015 como prazo para a conclusão de um novo acordo climático global. Esse processo será amparado por um cronograma pautado em dois eixos de negociação: um voltado ao período pós-2020, quando entra em vigor o referido acordo; e outro, com vistas a aumentar o grau de ambição nas negociações ao longo dos próximos oito anos. O conjunto de acordos que compõem a Plataforma de Durban (ADP, sigla em inglês), resultante da COP 17, deverá cimentar esse processo de conversações.

Uma possível indagação relacionada a esses desdobramentos diz respeito ao grau de ambição do plano de trabalho para Doha: ora, parece plausível questionar o que foi deixado de fora para que esse plano fosse cumprido em sua integridade. Ainda, o foco não somente nos principais resultados da COP 18, mas também sobre as não-decisões nos permite identificar as tensões em jogo nas negociações climáticas.

"Segunda chance" a um já enfraquecido Quioto

As negociações voltadas a garantir um segundo período de compromissos sob o Protocolo de Quioto (1997) tiveram início em 1997. Nessa trajetória, muitas das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) – em especial os países desenvolvidos – passaram a reconsiderar seu apoio ao Protocolo, o que possui efeitos diretos sobre as decisões tomadas com relação ao referido mecanismo.

A conclusão das conversações no âmbito do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre o Protocolo de Quioto (WG-KP) foram marcadas pela aprovação de um segundo período de compromissos. O primeiro período, expirado em 2012, incluía uma meta de redução de 5% nos níveis de emissões registrados em 1990 para 37 países industrializados e para os membros da União Europeia (UE).

Já a segunda fase do Protocolo de Quioto é válida para o período 2013-2020, ao final do qual um novo acordo climático deverá entrar em vigor. Na conferência de imprensa de apresentação dos resultados da COP 18, a secretária-executiva da UNFCCC, Christiana Figueres, destacou que a meta de redução de emissões foi elevada para 18% no segundo período. Além da interpretação otimista, existem outras possíveis: isso pode significar que esse percentual só foi possível dentro de um conjunto menor de países, ou mesmo uma resposta drástica para um problema agravado. Ainda, como veremos abaixo, o conjunto de países signatários não responde por parcela significativa das emissões globais, de modo que mesmo uma meta de redução de emissões mais ambiciosa pode ser insuficiente em termos globais.

195

Número de países
que participam das
negociações climáticas

Fonte: UNFCCC

A fim de tratar da escassez de compromissos vinculantes para os maiores emissores do mundo - como Estados Unidos e China -, as Partes da UNFCCC concordaram, em Doha, que um dos eixos de trabalho da ADP se concentraria em elevar o grau de ambição das negociações climáticas antes que o acordo de 2020 entrasse em vigor.

Para alguns, a aprovação de um segundo período de compromissos para o Protocolo é suficiente para considerar a Conferência "um sucesso por definição" – conforme destacou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Para a ministra brasileira, "[o] Protocolo de Quioto é mais do que um documento; ele expressa a convicção de que a mudança climática exige uma ação multilateral, a abordagem baseada em regras"².

Contudo, cabe ressaltar a perda de apoio de países como Canadá, Japão e Rússia para uma segunda fase de compromissos: na COP 18, apenas a UE e sete outros países desenvolvidos (Austrália, Belarus, Cazaquistão, Mônaco, Noruega, Suíça e Ucrânia) assinaram o segundo período de compromissos do Protocolo. Esse conjunto de países responde por menos de 15% das emissões mundiais de gases-estufa. Para grupos ambientalistas e alguns países em desenvolvimento, esse formato não é suficiente para conter o aquecimento global em até 2°C acima dos níveis pré-industriais – limite até o qual, estima-se, efeitos climáticos catastróficos são evitados.

Tabela 1: Emissões de CO₂ (por país)

Ranking 2011	País	1990	2010	2011	Diferença	Modificação real
		CO ₂	CO ₂	CO ₂	2010/2011	1990-2011
		(Milhões de toneladas)	(Milhões de toneladas)	(Milhões de toneladas)	(Milhões de toneladas)	(%)
1.	China	2452	8333	8876	543	262
2.	EUA	5461	6145	6027	-118	10
3.	Índia	626	1708	1787	79	185
4.	Rússia	2369	1700	1674	-26	-29
5.	Japão	1179	1308	1311	3	11
6.	Alemanha	1029	828	804	-24	-22
12.	Brasil	246	464	488	24	98

Fonte: Cerina.org

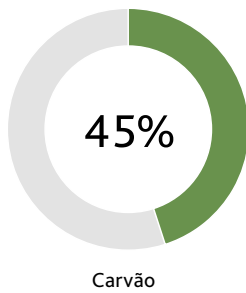
Fim de um processo, início de outro

Além do futuro do Protocolo de Quioto, a COP 18 privilegiou o encerramento dos trabalhos do WG-LCA³. Cabe destacar, entretanto, que tais negociações foram consideradas concluídas mesmo com a persistência de pontos contenciosos – como financiamento e medidas unilaterais⁴, temas cujos debates foram postergados ou tiveram sua negociação transferida para outra instância da UNFCCC.

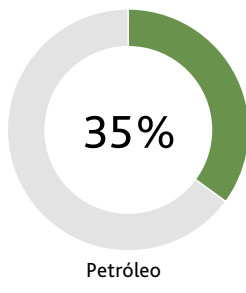
Em matéria de financiamento, a fonte de recursos constituiu o centro das divergências, assim como em COPs anteriores: Estados Unidos e UE recusaram-se a oferecer números precisos com relação ao financiamento para o período 2013-2020⁵, sob o argumento de que têm enfrentado um quadro econômico crítico. Nesse sentido, o texto final de Doha apenas "encoraja" os países desenvolvidos a manterem ou aumentarem seus compromissos de financiamento rápido entre 2013 e 2015.

No caso das medidas unilaterais, o tema foi movido para o Fórum sobre o Impacto da Implementação de Medidas de Resposta, criado na COP 17 para fomentar debates a respeito das consequências de ações adotadas por países desenvolvidos com o objetivo de reduzir suas emissões.

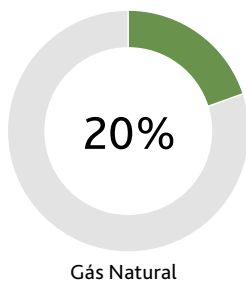
Combustíveis fósseis e a
emissão de CO₂:



Carvão



Petróleo



Gás Natural

Fonte: Agência Internacional de
Energia (2011)

Ademais, a incorporação da interface de tais medidas com o comércio ainda é incerta. Japão e China posicionaram-se contra a proposta de criação de um grupo de especialistas – composto pelo secretariado da UNFCCC, pela Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO, sigla em inglês) e pela Organização Marítima Internacional (OMI) – para examinar a possibilidade de uso de medidas unilaterais como forma de gerar fundos fiscais para combater as mudanças climáticas.

De todo modo, o encerramento dos Grupos de Trabalho de Quioto e Medidas de Longo Prazo abre caminho para que os negociadores se concentrem nas discussões sobre a ADP, com vistas a articular um novo acordo climático até 2015, para que entre em vigor em 2020.

Um balanço sobre o que não foi decidido

Em seu discurso de encerramento, o presidente da COP 18 Abdullah bin Hamad Al-Attiyah afirmou aos delegados presentes que a reunião "abriu um novo caminho para ambições maiores e ações mais expressivas". O calendário das negociações climáticas prevê uma reunião em Bonn (Alemanha), em abril de 2013, com o objetivo de encaminhar as tratativas para o futuro acordo climático global. O presidente da COP reconheceu, por outro lado, que o pacote desenhado permanece aquém daquilo que poderia ter sido alcançado.

No entanto, para compreender "aquilo que poderia ter sido alcançado", parece necessário tecer uma breve análise acerca de mudanças na política das alianças entre os membros da UNFCCC. Com efeito, a COP de Doha foi marcada pela rearticulação da fronteira que tradicionalmente separou os países nas negociações climáticas. Nesse quadro, destaca-se o distanciamento entre países em desenvolvimento e Estados insulares. Estes últimos deixaram de priorizar a coordenação de sua agenda com os países em desenvolvimento, sob o argumento de que possuem pouco em comum com países emergentes como Índia e China.

Ainda, um novo grupo de negociações – composto por Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Panamá, Peru e República Dominicana – pronunciou-se formalmente pela primeira vez em Doha. O grupo, denominado Associação Independente da América Latina e do Caribe, direcionou especial atenção ao tema de "perdas e danos" decorrentes de desastres climáticos, aos quais a região da América Central é considerada especialmente vulnerável⁶.

O *like minded group* ("grupo de opiniões semelhantes", em tradução livre), que reúne países em desenvolvimento, reafirmou sua defesa dos princípios da UNFCCC de "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", tema também defendido em pronunciamentos do G-77+China, maior agrupamento de países em desenvolvimento⁷.

Para completar esse quadro de múltiplas vozes no mundo em desenvolvimento, os países emergentes enfrentam – desde a Conferência de Copenhague de forma mais notória⁸ – pressões crescentes com relação à adoção de compromissos vinculantes de redução de emissões, o que tem descolado esses países do G-77. As críticas direcionadas às economias emergentes não têm, entretanto, sido respondidas de forma alinhada por países como Brasil, China e Índia. Em parte, isso pode ser compreendido a partir dos elevados custos de um posicionamento comum nessa seara: no caso do Brasil, alinhar o discurso com China e Índia pode prejudicar os avanços obtidos pelo país sul-americano na temática da energia, uma vez que isso implica se aliar a países com matriz energética intensiva em consumo de petróleo e carvão. De todo modo, diante da posição defendida por muitos países desenvolvidos, de que qualquer novo acordo climático deve incluir metas vinculantes de redução de emissões inclusive para países em estágio avançado de desenvolvimento, os desdobramentos desse embate merecem atenção.

Assim, contemplar processos e opções fora das decisões tomadas na COP 18 permite conferir maior complexidade aos processos que tornam apenas algumas decisões

possíveis, em detrimento de outras. A emergência de novos grupos, o distanciamento e o conflito entre países antes alinhados redesenham a geopolítica das negociações climáticas de forma que o plano de acordo pode parecer singelo demais para as dimensões do problema enfrentado.

Se partirmos da ideia de que o Protocolo de Quioto constitui um mecanismo eficiente ou colaborativo no processo de redução de emissões, optar pela segunda fase do Protocolo pode ser considerado um avanço. Ou até mesmo um "sucesso por definição". No entanto, como vimos, apenas sete Partes da UNFCCC mais a UE foram incorporadas ao Anexo I do Protocolo de Quioto em sua segunda fase. Vimos também que tais países não respondem por parcela expressiva das emissões de gases-estufa mundiais. Da mesma forma, a conclusão de negociações sobre medidas de longo prazo foi possível porque acompanhada de ressalvas e adiamentos sobre temas historicamente contenciosos – que, portanto, assim o permanecem.

Isso talvez nos leve a uma conclusão um tanto menos otimista sobre os resultados da COP 18: o fato de que os negociadores cumpriram com o plano de trabalho não anula a percepção de que lhes faltou um "sentido de urgência" no tratamento do problema da mudança climática.

❶ Ver: <<http://bit.ly/XgBYfU>>.

❷ Ver: <<http://bit.ly/VMY0Wb>>.

❸ Ver: <<http://bit.ly/TtLuN8>>.

❹ A inclusão do setor de aviação no Esquema de Comércio de Emissões da UE (EU-ETS, sigla em inglês), introduzida no início de 2012 e suspensa em novembro deste ano, constitui um exemplo de medida unilateral de mitigação das mudanças climáticas.

❺ Em Copenhague, os países desenvolvidos concordaram em fornecer US\$ 10 bilhões por ano entre 2010 e 2012, em um sistema de financiamento rápido para o Fundo Climático Verde voltado a auxiliar países em desenvolvimento a iniciarem sua adaptação às mudanças climáticas. Com o mesmo intuito, e em uma abordagem de longo prazo, comprometeram-se com a criação de um fundo de US\$ 100 bilhões em 2020.

❻ O tema de "perdas e danos" constituiu objeto contencioso de conversações em Doha. Para mais informações a respeito, ver: <<http://bit.ly/V4qy1a>>. Ver também: <<http://bit.ly/121PV6B>>.

❼ Cabe ressaltar que muitos países fazem parte de diversas coalizões simultaneamente, como no caso da Nicarágua, que, além de integrar o G-77, também se juntou ao "like-minded group".

❽ Ver: <<http://bit.ly/UG8dUZ>>.

INTEGRAÇÃO COMERCIAL

A importância da Ásia na Parceria Trans-Pacífico

Vinicio Sandi Meza

Neste artigo, o autor mostra que a abrangência e o grau de ambição da Parceria Trans-Pacífico, associados à intensidade econômica e social da Ásia, fazem desse acordo uma ferramenta chave para que países latino-americanos ampliem seu acesso a mercados na região asiática.

Assinada em 3 de junho de 2005, a Parceria Trans-Pacífico (TPP, sigla em inglês) – também conhecida como “Acordo P4” – buscava intensificar as relações econômicas entre Brunei, Chile, Cingapura e Nova Zelândia. O tratado de livre comércio, em vigor desde janeiro de 2006, foi ampliado dois anos mais tarde, incorporando cinco novos países: Austrália, Estados Unidos, Malásia, Peru e Vietnã. Em novembro de 2011, durante a cúpula de líderes da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês), novo convite foi feito para que Canadá, China, Japão e México participassem da TPP.

Desde o princípio, os quatro países signatários definiram os seguintes objetivos comerciais específicos (ver Quadro 1):

Quadro 1. Objetivos comerciais da TPP

1.	Estimular a expansão e diversificação do comércio entre os respectivos territórios das Partes.
2.	Eliminar os obstáculos ao comércio e facilitar a circulação transfronteiriça de mercadorias e serviços entre os territórios das Partes.
3.	Promover as condições de concorrência leal na zona de livre comércio.
4.	Aumentar substancialmente as oportunidades de investimento entre os respectivos territórios das Partes.
5.	Outorgar uma proteção adequada e efetiva, fazendo valer os direitos de propriedade intelectual no território de cada uma das Partes.
6.	Criar um mecanismo eficaz, a fim de prevenir e resolver controvérsias comerciais.

Fonte: Direcon, Chile

A TPP e sua importância para a Ásia

Devido à ampla cobertura de produtos e disciplinas, a TPP é atualmente a negociação comercial mais relevante e ambiciosa na esfera global. Seus participantes abrigam mais de 500 milhões de habitantes, que respondem por cerca de 26% do produto interno bruto (PIB) global. Ademais, as Partes envolvidas no acordo são responsáveis por 18% das importações e 15% das exportações mundiais.

A competitividade internacional da Ásia é resultado tanto da atração de consideráveis fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) quanto das vantagens que oferece para a realização de negócios com outras regiões. O relatório *Doing Business* (2012) classifica a zona da Ásia Oriental e do Pacífico – composta por mais de 25 países – como uma importante fortaleza institucional e de baixos custos para os empreendedores (ver Figura 1). Tal situação lhe assegura vantagens sobre outras regiões do globo, como América Latina e Caribe.

Segundo o mesmo relatório, a Ásia Central – composta por Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão – perde na comparação com seus vizinhos asiáticos devido aos altos custos para a atividade econômica. Já a Ásia Meridional, que compreende Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Irã, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka, caracteriza-se pela instabilidade na arena política/militar. Em consequência, as estruturas institucionais na região são frágeis, apesar dos avanços colhidos nos últimos anos em áreas como combate à corrupção e fortalecimento da democracia. O principal

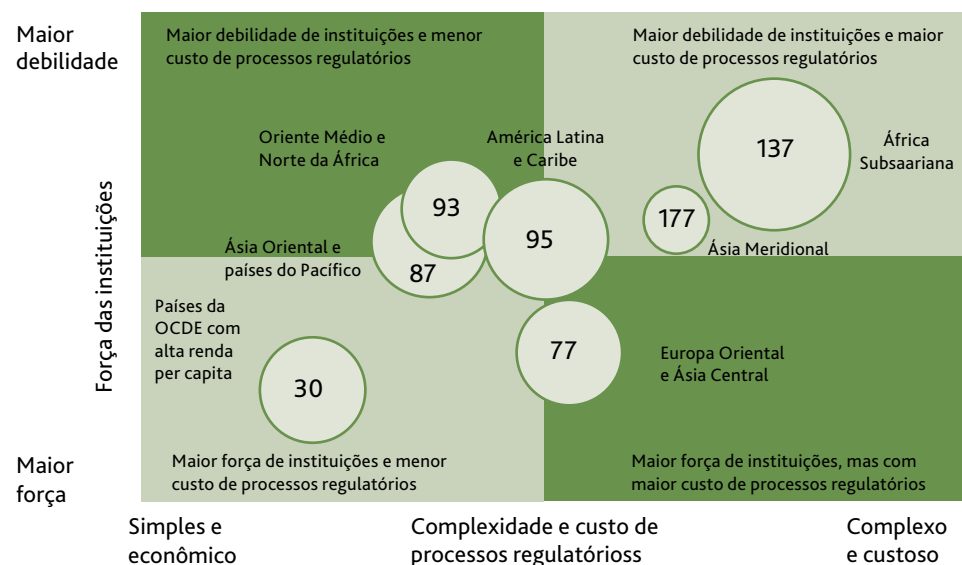
9

Número de países membros da TPP

7%

População mundial representada pelos países da TPP

Figura 1. Classificação média nos grupos de indicadores do relatório *Doing Business*



Fonte: Relatório "Doing Business", 2012

exemplo é o da Índia, um novo polo receptor de IED após a implementação de políticas capazes de modernizar sua estrutura logístico-produtiva e dinamizar tanto o comércio com seus vizinhos quanto seu mercado interno. Em resumo, é inegável o avanço institucional e o melhor ambiente de negócios na Ásia atualmente.

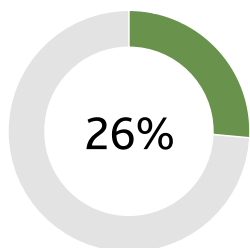
Destaca-se, ademais, o considerável crescimento econômico da Ásia entre 2011 e 2012, com uma média de 6,5%. Os líderes nesse quesito são a Índia, com uma expansão superior a 9%, e China e Indonésia, que ultrapassaram os 7%. Tal quadro contrasta com os fracos indicadores econômicos da Europa e dos Estados Unidos no mesmo período. Segundo o *Relatório de Competitividade Global 2011-2012* do Fórum Econômico Mundial, tamanha pujança resulta do fortalecimento das estruturas institucionais em matéria econômica e comercial¹. Por sua vez, o desenvolvimento da infraestrutura de portos e aeroportos, a qualidade da educação, aportes crescentes e mais bem direcionados em tecnologia e inovação, a estabilidade macroeconômica e a consolidação e eficiência dos mercados financeiros e de trabalho tornam a Ásia um exemplo de competitividade nos últimos 20 anos.

Os sócios asiáticos da TPP e seu peso econômico

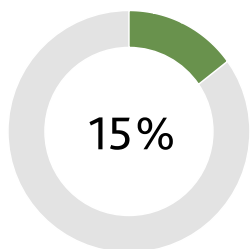
Entre os sócios asiáticos, a TPP inclui Brunei, Cingapura, Malásia e Vietnã, que também pertencem à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês). Este último bloco regional é composto ainda por Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Myanmar e Tailândia. Além dos quatro membros supracitados, a presente análise inclui outros dois integrantes da TPP, Austrália e Nova Zelândia, que, apesar de não serem países asiáticos, mantêm um alto grau de intercâmbio comercial, financeiro e social com a Ásia.

De modo geral, os países da ASEAN caracterizam-se pela particular organização política, econômica e social, o que influencia os negócios ali realizados². Em termos demográficos, dados do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB, sigla em inglês)³ e do Banco Mundial⁴ (ver Tabela 1, na próxima página) apontam uma população aproximada de 148,7 milhões de pessoas, ou 29,7% dos habitantes dos integrantes da TPP.

Na categoria "PIB *per capita*", destacam-se Austrália, Brunei, Cingapura e Nova Zelândia, que apresentam os valores mais elevados. Por exemplo, Cingapura tem se caracterizado pelo rápido crescimento dos serviços financeiros e portuários, assim como do setor de alta tecnologia. Já em Brunei, o petróleo tem sido central para a prosperidade do país. Por sua vez, a Malásia tem buscado, desde sua independência, em 1957, equiparar a renda *per capita* das etnias chinesa, bumiputera e indiana. As atividades produtivas mais



PIB global dos países da TPP



Exportações mundiais dos países da TPP

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 1. Indicadores econômicos e de desenvolvimento dos Países da Ásia na TPP (inclui Austrália e Nova Zelândia) – 2011

	População total (em milhões)	Taxa de crescimento da população (Anual, em %)	Renda per capita (USD)*	Taxa de crescimento do PIB (%)	Taxa de crescimento das exportações (% valor FOB)	Taxa de crescimento das importações (% valor CIF)
Malásia	28,9	2	7.760	5,1	14,5	13,9
Cingapura	5,18	2	56.890	5	20,2**	23,9**
Vietnã	87,84	1	1.160	5,9	34,2	25,9
Brunei	0,405	2	26.385**	3	21***	2,8***
Austrália	22,6	1	36.910	2	13,8***	9,2***
Nova Zelândia	4,4	1	29.140	2	8,4***	3,4***

Fonte: elaborado pelo autor com dados do Banco de Desenvolvimento Asiático e do Banco Mundial

* Índice Método Atlas

** Dados para o ano de 2009. Fonte: Organização das Nações Unidas

*** Médias entre 2006 e 2010. Fonte: Organização das Nações Unidas

importantes do país são a extração de petróleo, a produção de óleo de palma e derivados e a indústria de alta tecnologia⁵. Finalmente, o Vietnã tem experimentado um importante crescimento econômico nos últimos cinco anos graças à atração de importantes fluxos de IED.

Quando se considera a média dos crescimentos anuais do PIB, esse grupo de países atingiu, em 2011, a marca de 3,9%. Vietnã, Malásia e Cingapura foram os líderes, com taxas de 5,9%, 5,1% e 5%, respectivamente. No quesito "crescimento das exportações", o destaque fica para Brunei, Cingapura e Vietnã; enquanto os mercados cingapuriano e vietnamita foram os que mais receberam importações. Segundo o relatório *Doing Business* (2012), Cingapura é considerado o país com o melhor ambiente de negócios, seguido de Nova Zelândia (3º lugar), Austrália (15º) e Malásia (18º). No geral, 11 países da Ásia-Pacífico – entre os quais, Canadá e Estados Unidos – encontram-se entre os 30 melhores ambientes de negócio do mundo.

Considerações finais

As quatro economias asiáticas integrantes da TPP representam um mercado com elevada população e alto índice de crescimento demográfico, conforme atestam os casos de Brunei, Malásia e Vietnã. Da mesma forma, alguns Estados da região perseguem objetivos econômicos ambiciosos: entre as metas dos governos malaio e vietnamita está a obtenção de uma renda *per capita* similar ao padrão dos países desenvolvidos ao final desta década. Finalmente, os sócios do Pacífico – Austrália e Nova Zelândia – destacam-se por seus indicadores econômicos e sociais. As estatísticas econômicas da região têm sido positivas nos últimos anos, apesar da considerável instabilidade internacional desde 2008. De fato, as intensas relações comerciais entre os diversos Estados da Ásia – como China, Coreia do Sul, Índia e Japão – ajudam a explicar o bom desempenho enquanto outras partes do mundo enfrentam a recessão.

Os benefícios comerciais e econômicos derivados da TPP não resultariam apenas da exploração de oportunidades junto a seus atuais integrantes, mas também: (i) da consolidação da facilitação do comércio e da cooperação econômica entre os membros da APEC; (ii) de um maior acesso a mercado dos sócios da ASEAN; e (iii) da exploração do comércio com economias emergentes da Ásia, tais como China e Índia.

Desde o princípio, a TPP tem trabalhado para reafirmar seu compromisso com os princípios da APEC, fomentando a concorrência e uma reforma das regulamentações em matéria de comércio e investimentos. De fato, seus integrantes concordam com a abordagem de

liberalização progressiva adotada pela iniciativa Ásia-Pacífico. Por meio da adoção de medidas para facilitar o comércio e os investimentos, incrementar a competitividade e eliminar as distorções à concorrência, a TPP deverá conduzir ao estabelecimento de um mercado de dimensões consideráveis em um futuro próximo. Contendo nove das 21 economias que compõem a APEC, a TPP ganhará ainda mais relevância após a integração de países como Canadá, China, Japão e México.

Em relação aos países da ASEAN, não há dúvidas de que a TPP constitui uma porta de entrada para um mercado de mais de 500 milhões de habitantes, composto por países fundamentais para o atual funcionamento da economia asiática – como Brunei, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã. Da mesma forma, a ASEAN estendeu os laços comerciais em direção ao Pacífico com o estabelecimento do Acordo de Livre Comércio ASEAN-Austrália-Nova Zelândia. Na Ásia Oriental, deu-se a ampliação da ASEAN+3, que inclui China, Coreia do Sul e Japão. Finalmente, avanços na área de livre comércio entre a ASEAN e a Índia, em vigor desde 2010, consolidariam para o bloco uma ponte fundamental de acesso aos mercados da Ásia Meridional. Por meio da redução de cerca de 80% das tarifas, espera-se a dinamização das relações de uma área com 1,7 bilhão de consumidores potenciais e uma produção total de mais de US\$ 2 trilhões por ano.

Tendo em vista os dados apresentados, são três os pontos a serem considerados pelos países da América Latina nesse contexto. Primeiramente, a Ásia possui diversas particularidades políticas, sociais, econômicas e comerciais, que devem ser compreendidas antes da realização de negócios com a região. Assim, os países latino-americanos dentro da TPP devem estar atentos à estreita relação existente entre política, cultura e comércio na Ásia, a fim de estabelecer relações mais duradouras e benéficas com a região.

Em segundo lugar, a emergência das economias asiáticas integrantes da TPP tem se baseado no incremento da competitividade e no uso de novas tecnologias nos processos produtivos. Por trás desse processo, existem trabalhadores capacitados e uma infraestrutura física consolidada; ademais, políticas de incentivo voltadas às pequenas e médias empresas e à atração de IED são a regra. Tais condições contribuem para uma melhora significativa na renda *per capita*, além de assegurar uma maior participação nas Cadeias Globais de Produção. Em razão disso, a América Latina depara-se com um concorrente dotado de enorme competitividade. Interagir com a Ásia exige uma série de avanços, entre os quais na área de tecnologia e na rede de infraestrutura disponível aos agentes econômicos aqui instalados.

Finalmente, participar da TPP não basta para os países da América Latina: é necessário consolidar uma relação comercial duradoura, capaz de gerar frutos para a região. Nesse sentido, a TPP constitui uma ferramenta chave para a abertura de mercados na Ásia. Notabilizada pelo enorme dinamismo econômico e social, a porção oriental do globo torna a TPP um dos arranjos com maior potencial da atualidade.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em Puentes, Vol. 13, No. 5 – set. 2012.



Vinicio Sandi Meza
Professor e coordenador do Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico (<http://www.geasiapacifico.org/>). Doutorando do Instituto de Estudos Sociais, Ambientais e de Desenvolvimento da Universidade Nacional da Malásia. Email: vsandi@una.ac.cr

- ❶ Ver: World Economic Forum. *The Global Competitiveness Report 2011-2012*. Genebra: WEF, 2011.
- ❷ Ver: Hyung; Jong; Kim. *Regional Integration in Southeast Asia*. Kuala Lumpur: University of Malaysia, 2008.
- ❸ Asian Development Bank. *Annual Economic Report 2011*. Vol. 1. Mandaluyong (Filipinas): ADB, 2012.
- ❹ Banco Mundial. *Global Economic Prospects: Managing Growth in a Volatile World*. Nova York: IBRD, 2012.
- ❺ Sandi, Vinicio. *Microenterprises Sector and the Access to the Microfinancial Formal System in Malaysia and Costa Rica*. Tese de Doutorado, Universidade Nacional da Malásia, 2012.

Informações úteis

Programa promove inserção prática em técnicas de negociações comerciais

A Franco-Brazilian Negotiations Fellowship (FBNF) visa ao desenvolvimento de habilidades profissionais mediante a prática de técnicas de negociação internacional, na esfera da diplomacia e dos negócios. A cada ano, o programa reúne 16 franceses e 16 brasileiros para participar de uma simulação de negociações de acordos comerciais e bilaterais baseadas em casos reais. A simulação tem duração de uma semana e é acompanhada de duas conferências – uma em São Paulo e outra em Paris. Os candidatos selecionados assistirão a palestras com acadêmicos e especialistas em negociações internacionais e visitarão instituições governamentais no Brasil e na França. A iniciativa contempla estudantes de Relações Internacionais, Ciência Política, Administração de Empresas e Direito, bem como jovens profissionais, brasileiros ou franceses, com interesse em negócios e diplomacia. As inscrições para o programa de 2013 estão abertas e podem ser realizadas até 20 de dezembro no site da FBNF. Para mais detalhes, envie e-mail para Rodrigo Reis (<rodrigo.reis@fbnf.org>).

Yale oferece bolsas a pós-graduandos em áreas como comércio e finanças

O Programa Fox International Fellowships, da Universidade de Yale (Estados Unidos) está com inscrições abertas até 24 de janeiro de 2013. O programa oferece bolsas para estudantes de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) com pesquisas inseridas em áreas como comércio e finanças; economia; relações internacionais; direito; e gestão ambiental. Os candidatos selecionados desenvolverão sua pesquisa na Universidade de Yale durante um ano, contado a partir do 2º semestre de 2013. Para ler o edital completo, clique [aqui](#).

Harvard oferece bolsas em sustentabilidade

O Programa de Ciência da Sustentabilidade da Universidade de Harvard abriu inscrições para bolsas ("resident fellowships") nos níveis de doutorado, pós-doutorado e profissionais em meio de carreira engajados com os temas contemplados no Programa. Os candidatos selecionados trabalharão em iniciativas regionais com vistas a uma perspectiva integrada do desenvolvimento sustentável na Índia, na China e no Brasil. O Programa priorizará propostas de pesquisa nos seguintes temas: "Inovações em Governança para o Desenvolvimento Sustentável"; "Desenvolvimento Sustentável para o Setor de Energia na China"; "Desenvolvimento Sustentável na Amazônia e Arredores"; e "Inovação e Acesso a Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável". As inscrições devem ser feitas até 15 de janeiro de 2013. Os resultados serão divulgados em março de 2013. Para mais informações sobre o processo de seleção, clique [aqui](#).

Associação Brasileira de Relações Internacionais abre chamada para artigos

Entre 1º de novembro de 2012 e 31 de janeiro de 2013, a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) receberá propostas de trabalho para o 4º Encontro Nacional, que será realizado na cidade de Belo Horizonte. O encontro aceitará submissões de trabalhos em português, inglês e espanhol, que serão distribuídos entre cinco áreas temáticas: segurança internacional, instituições internacionais, economia política internacional, história das relações internacionais e política externa. Para mais informações sobre as regras de submissão e inscrição, acesse o [site do encontro](#).

Revista SUR abre chamada para artigos

A 18ª edição da *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, a ser circulada em julho de 2013, terá como tema central "Informação e Direitos Humanos". Entre os temas considerados de interesse pelo conselho editorial da revista, destacam-se: i) divulgação e disseminação de informação sobre violações a direitos humanos como forma de combatê-las; ii) mecanismos internacionais de prestação de contas sobre práticas em direitos humanos; e iii) parâmetros internacionais e regionais sobre informação, acesso à informação, e transparência. A revista é editada em três idiomas (inglês, português e espanhol), distribuída gratuitamente para aproximadamente 2.400 leitores em mais de cem países e encontra-se inteiramente disponível [online](#). Os interessados devem enviar seus artigos até 1º de março de 2013 ao e-mail <artigo.sur@conectas.org>. Saiba [aqui](#) mais detalhes sobre o formato dos artigos.

Cursos online do UNITAR

O Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR, sigla em inglês) promove diversas atividades [online](#), oferecendo cursos nos seguintes temas: conferências multilaterais e diplomacia, solução de controvérsias na Organização Mundial do Comércio (OMC), técnicas de negociações, governança ambiental, entre outros. Os cursos eletrônicos possuem custos variáveis e estão abertos a uma diversidade de profissionais. Para mais informações, acesse o [site do UNITAR](#).

FAPESP promove evento sobre segurança alimentar e mudanças no uso do solo

Em parceria com o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA) e o Belmont Forum, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) está organizando o workshop "Call Scoping Workshop on Food security and land use change". Até 19 de dezembro, o evento discutirá temas como impactos de sistemas de produção de alimentos sobre o meio ambiente e produção sustentável de alimentos e combustíveis. Saiba mais informações [aqui](#).

Publicações



Análise da Guia de Acesso à Organização Mundial do Comércio para países de menor desenvolvimento relativo

ICTSD – novembro 2012

O ingresso à Organização Mundial do Comércio (OMC) é um processo árduo para países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs). Embora a guia especial para facilitar a acesso de PMDRs à OMC tenha sido publicada em 2002, apenas cinco países dessa categoria ingressaram na Organização nos últimos anos. Durante a 8ª Conferência Ministerial, em dezembro de 2011, os Estados membros concordaram em estabelecer referências nas áreas de bens e serviços, a fim de simplificar o processo de acesso dos PMDRs. Esta nota informativa volta-se à análise de tais referências estabelecidas principalmente para o setor de bens, contendo ainda aspectos relacionados a serviços, tratamento especial e diferenciado, transparência e assistência técnica, com foco nos principais desafios enfrentados por alguns PMDRs em situações concretas.

Acese o estudo [aqui](#).

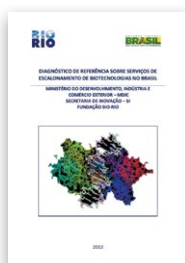


Desvendando o debate sobre transferência internacional de tecnologia

ICTSD – novembro 2012

Este artigo concentra-se no aspecto econômico-político das negociações sobre transferência de tecnologia desde 1960 para tratar de duas questões centrais. A primeira diz respeito ao tratamento de necessidades tecnológicas específicas dos países em desenvolvimento. Para responder a essa pergunta, o artigo analisa criticamente o papel da capacidade tecnológica e inovativa na promoção do desenvolvimento econômico nas últimas décadas e avalia o impacto desse fator nas negociações atuais. A segunda indagação tem caráter prospectivo e visa a contribuir para a resolução de alguns entraves duradouros no debate sobre transferência de tecnologia. Como e por quais meios as discussões internacionais sobre transferência tecnológica podem refletir as lições aprendidas até agora sobre como os países constroem suas capacidades tecnológicas e ainda sobre como enfrentar os desafios representados pela mudança no cenário global de conhecimento e tecnologia? A análise dá enfoque particular ao eixo transferência tecnológica-direitos de propriedade intelectual, que está no centro do discurso internacional de transferência de tecnologia. Os autores identificam as questões centrais que permanecem pendentes nesse discurso e propõem algumas abordagens.

Acese o estudo [aqui](#).

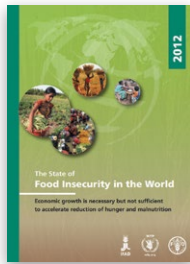


Diagnóstico de referência sobre serviços de escalonamento de biotecnologias no Brasil

MDIC e Fundação BIO-RIO – novembro 2012

A aplicação comercial de tecnologias desenvolvidas em laboratório para produção comercial pode requerer seu escalonamento, o que acarreta uma série de riscos associados ao processo, ao projeto dos equipamentos e às questões tecnológicas. Na maioria dos casos, o processo de escalonamento é realizado de forma incremental, passando por uma escala de laboratório, simulação e modelagem de processos e planta piloto, de modo a demonstrar a escalabilidade da tecnologia e reduzir riscos e custos associados à comercialização. O objetivo deste estudo é elaborar um diagnóstico de referência para a identificação da demanda de micro, pequenas e médias indústrias de biotecnologia em relação ao uso de serviços de escalonamento da produção e da oferta desses serviços por centros de tecnologia e empresas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) existentes no país.

Acese o estudo [aqui](#).



O estado da insegurança alimentar no mundo – 2012

FAO – novembro 2012

Este estudo apresenta estimativas atualizadas acerca da desnutrição no mundo desde 1990, em termos de distribuição de fontes de energia alimentar. Com o registro, entre 2011 e 2012, de 870 milhões de pessoas cronicamente subnutridas – a maioria das quais vivendo em países em desenvolvimento –, o estudo conclui que o número de pessoas com fome no mundo ainda permanece alto. Contudo, estimativas reformuladas sobre os anos 1990 indicam que o progresso no combate à fome está mais pronunciado do que o previsto. Os resultados revisados indicam que o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de reduzir pela metade o número de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento até 2015 é alcançável desde que ações apropriadas sejam tomadas para reverter o declínio no progresso no combate à fome experimentado a partir do período 2007-2008.

Acesse o estudo [aqui](#).



Relatório sobre Desenvolvimento Financeiro 2012

WEF – novembro 2012

O relatório classifica os 62 maiores sistemas financeiros e mercados de capital do mundo, analisando os catalisadores do desenvolvimento do sistema financeiro em economias avançadas e emergentes, servindo de ferramenta para que os países tenham referências próprias e estabeleçam reformas prioritárias. A classificação é baseada em mais de 120 variáveis, que se estendem de ambientes institucionais e de negócios a estabilidade financeira e tamanho do mercado de capital. O relatório conta com contribuições de acadêmicos em questões críticas como a regulação dos sistemas bancários à luz da crise econômica de 2007-2009; o surgimento de bancos em mercados emergentes, sua importância como investidores estrangeiros; e a contribuição da crise econômica global para o aumento da presença de bancos em mercados emergentes no nível regional. O objetivo do estudo é auxiliar instâncias de decisão governamental a desenvolver uma perspectiva balanceada acerca de quais aspectos do sistema financeiro de seu país são mais importantes no longo prazo e calibrar empiricamente esta compreensão relativamente a outros países.

Acesse o estudo [aqui](#).



Perspectivas Econômicas da América Latina 2013

CEPAL/OCDE - 2012

A publicação analisa as perspectivas da América Latina a curto e médio prazos e aponta que, no curto prazo, a América Latina crescerá a taxas relativamente elevadas e tem espaço para agir contraciclicamente, caso seja necessário. No entanto, a região enfrenta um cenário de médio prazo complexo. A menor demanda externa pode expor as limitações do atual padrão de crescimento baseado na baixa incorporação de valor agregado e na exportação de recursos naturais. O estudo defende que os governos latino-americanos devem tomar medidas para fortalecer as estruturas produtivas e superar os problemas de heterogeneidade estrutural através da diversificação e da maior incorporação de conhecimento. As pequenas e médias empresas (PMEs) latino-americanas são apontadas como agentes importantes de mudança estrutural e aumento da produtividade, mas, para tanto, seria necessário uma mudança de abordagem nas políticas públicas para as PMEs, que devem ser coerentes e articuladas com as políticas de infraestrutura, prestação de serviços e políticas setoriais. O estudo ressalta, por fim, ser necessário considerar as especificidades setoriais, institucionais e territoriais, bem como a heterogeneidade do conjunto das PMEs da região, já que suas necessidades e potencialidades de desenvolvimento são muito diferentes.

Acesse o volume [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso da:

SDC - Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliarem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.

Trechos de PONTES podem ser usados em
outras publicações se forem citados de forma
apropriada.

Preço: €10.00
ISSN 1996-919

